



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



O Rural Metropolitano: reflexões sobre a emergência de uma nova categoria¹

Bruna de Souza Fernandes
Universidade Federal do ABC

Maria Lucia Ramos Bellenzani
Universidade Federal do ABC

Gabriel Machado Araújo
Universidade Federal do ABC

Luciana Rodrigues Fagnoni Costa Travassos
Universidade Federal do ABC

ST 11 Novas interpretações possíveis para a questão urbana e regional

Resumo. O rural contemporâneo não se define mais pelo agrícola, nem pela oposição cidade-campo, manifestando-se de forma heterogênea nos diferentes territórios. Diante disso, apresentamos o debate sobre o rural metropolitano, a fim de refletir se ele pode ser considerado outra categoria analítica e, em caso positivo, o que a define e diferencia. A partir de um levantamento bibliográfico e de estudos em andamento na Macrometrópole Paulista, no âmbito do grupo de pesquisa "Ruralidades Metropolitanas" da Universidade Federal do ABC, buscamos responder se as especificidades deste território rural justificam a proposição de uma categoria, ou se a categoria existente de "rural" é suficiente para o explicar e, como consequência, gerar conhecimento para o planejamento territorial.

Palavras-chave. rural metropolitano; Macrometrópole Paulista; ruralidades; mapeamento; pesquisa de campo.

The Metropolitan Rural: reflections on the emergence of a new category

Abstract. The contemporary rural is no longer defined by agriculture, nor by the city-countryside opposition, manifesting itself heterogeneously in different territories. Given this, we present the debate about the metropolitan rural area in order to reflect on whether it can be considered another analytical category and, if so, what defines and differentiates it. Based on a bibliographical survey and on ongoing studies in the Macrometrópole of São Paulo, within the scope of the research group "Metropolitan Ruralities" at the Federal University of ABC, we seek to answer whether the specificities of this rural territory justify the proposition of a category, or whether the existing category of "rural" is sufficient to explain it and, as a consequence, generate knowledge for territorial planning.

Keywords: metropolitan rural; São Paulo Macrometropolis; ruralities; mapping; field research.

¹ Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pela bolsa de treinamento técnico (FAPESP: 22/09375-6), no âmbito do projeto Temático "Governança Ambiental da Macrometrópole Paulista face à vulnerabilidade climática" (MacroAmb) - 2015/03804-9.

El Rural Metropolitano: reflexiones sobre la emergencia de una nueva categoría

Resumen. *Lo rural contemporáneo ya no se define por la agricultura, ni por la oposición ciudad-campo, manifestándose de forma heterogénea en diferentes territorios. Ante ello, presentamos el debate sobre el espacio rural metropolitano para reflexionar sobre si puede considerarse otra categoría analítica y, en caso afirmativo, qué lo define y diferencia. A partir de un relevamiento bibliográfico y de estudios en curso en la Macrometrópolis de São Paulo, en el ámbito del grupo de investigación "Ruralidades Metropolitanas" de la Universidad Federal del ABC, buscamos responder si las especificidades de este territorio rural justifican la proposición de una categoría, o si la categoría existente de "rural" es suficiente para explicarlo y, en consecuencia, generar conocimiento para la planificación territorial.*

Palabras clave: *rural metropolitano; Macrometrópole Paulista; ruralidades; cartografía; investigación de campo.*

1. Introdução

As transformações das ruralidades no mundo contemporâneo tem demandado pesquisas interdisciplinares capazes de dar conta da multiplicidade de fatores que se colocam no território. A elaboração de instrumentos e políticas públicas que reconheçam e incorporem a heterogeneidade e diversidade dos territórios se mostra um desafio, posto que tanto espaços rurais, quanto urbanos, tem sido palco de novas relações nas escalas local, regional e global, reconfigurando territórios e os limites entre eles (WOODS, 2007), tanto no entorno de pequenas cidades como nas metrópoles.

No contexto de um mundo cada vez mais urbano, os espaços rurais em regiões altamente urbanizadas, como as Regiões Metropolitanas, (RMs) são importantes sob diferentes perspectivas, tais como: produção de alimentos, provisão de serviços ecossistêmicos e também como valor cultural, abrigo de identidades culturais e modos de vida que existem e resistem mesmo no contexto das regiões metropolitanas.

Diante dessas novas dinâmicas, especialmente do aumento das atividades não agrícolas, denominada pluriatividade (SCHNEIDER, 2003), e do aumento da demanda de áreas rurais para segunda residência, lazer e turismo, o debate sobre o futuro dos espaços rurais ganha importância (ABRAMOVAY, 2003). Esse reconhecimento e valorização do rural se contrapõe à corrente de pensamento mais comum nos estudos urbanos, a chamada urbanização extensiva (BRENNER & SCHMIDT, 2015), na qual o rural tende a desaparecer ou a ser simplesmente uma paisagem operacional do urbano, e aponta para um "renascimento" do rural (KAISER, 1990 1990), onde emerge uma nova ruralidade baseada na valorização do patrimônio natural, na diversificação das atividades econômicas, funções e interesses sociais, para além da agricultura.

Na Europa Ocidental, esse processo tem sido também chamado de rural pós produtivo ("post productive countryside") ou consumo do rural ("consumption countryside") (WOODS, 2010), conceito que se refere às áreas rurais que não mais obtém a maior parte da sua renda da agropecuária, e também, do consumo de terras rurais por cidadãos por sua proximidade com a natureza e qualidade de vida. No Brasil, esse processo tem sido analisado sob o paradigma da nova ruralidade (SILVA, 1999; ABRAMOVAY, 2000; CARNEIRO, 2012; VEIGA, 2004; FAVARETO, 2006; WANDERLEY, 2009). Resultante dos processos de integração crescentes entre o rural (campo) e o urbano (cidade) essa nova

ruralidade se configura como espaço de pluriatividade e multifuncionalidade, que guarda uma proximidade maior das dinâmicas da natureza, com funções agrícolas, ambientais e culturais. Para ser compreendida, exige uma abordagem que combine critérios ecológicos com outros de caráter social e econômico (FAVARETO, 2006), de natureza territorial e não setorial, entendida como “a trama complexa de aspectos ambientais, culturais, sociais e econômicos” (WANDERLEY & FAVARETO, 2013, pg. 55).

Para Abramovay (2003) a ruralidade é um valor, ao qual o mundo contemporâneo atribui cada vez mais importância, por seu significado na conservação da biodiversidade, no fortalecimento das manifestações culturais variadas e por um estilo de vida que os habitantes e por um estilo de vida que os habitantes dos grandes centros buscam cada vez mais. Por outro lado, essa afirmação da ruralidade apenas como um valor, para alguns autores, é questionável, pois minimiza a importância da agropecuária – pois esse setor, ainda que não mais define o rural, segue presente, importante, nas suas diversas formas, desde a produção de commodities à agricultura familiar e ao campesinato, desconsidera a permanência e importância deste último e suas práticas (SABOURIN, 2009) e pode mascarar ou mesmo negar conflitos sociais que têm lugar nos espaços rurais (ARIAS, 2006)

De uma forma ou de outra, importa, sobretudo, reafirmar a permanência do rural na contemporaneidade. O trecho a seguir, de Maria Nazareth Wanderley, resume nosso entendimento:

É preciso reiterar que, quando estamos falando de mundo rural, estamos nos referindo a um universo socialmente integrado ao conjunto da sociedade brasileira e ao contexto atual das relações internacionais. Não estamos, portanto, supondo a existência de qualquer universo isolado, autônomo em relação ao conjunto da sociedade e que tenha lógicas exclusivas de funcionamento e reprodução. Porém, consideramos que este mundo rural mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as formas de inserção na sociedade que o engloba. (WANDERLEY, 2009, pg. 289)

Carneiro (2012) reafirma a permanência do rural como categoria explicativa das formas de vida social, ressaltando fortemente a diversidade de dinâmicas e atores sociais, que exige olhares transdisciplinares para esse objeto multifacetado.

Diz ela:

Estaríamos, portanto, presenciando uma crise no mito da dualidade entre o campo e cidade, ao mesmo tempo em que um novo mito estaria sendo produzido: o mito da ruralidade idílica, fruto de um olhar urbano sobre o rural”. Distinguir a categoria rural como elemento fundador desses mitos e como categoria analítica é um desafio para o pesquisador. Ficam evidentes, nesse contexto, os limites da capacidade analítica dessa categoria já que a própria visão da realidade que a sustentava está sendo colocada em dúvida. Seria o caso de aprendermos as novas ruralidades a partir do recurso a outras noções de conteúdo analítico que permitam identificar o lugar que o espaço ocupa nas relações sociais, na formação dos atores sociais, na construção de suas identidades e ações coletivas (RÉMY, 1989 apud CARNEIRO, 2012 pg. 39)

As propriedades estruturais da categoria rural são de ordem simbólica, mas também práticas (CARNEIRO, 2012, op.cit.), pois orientam as práticas sociais sobre um determinado espaço ou localidade, de acordo com os significados simbólicos que lhes são atribuídos. É nesse contexto que precisam ser

entendidas as novas dinâmicas da ruralidade, principalmente as atividades de lazer, turismo e residência de pessoas oriundas do urbano (segunda residência e “novos rurais”). A noção do rural como espaço de conservação ambiental e contemplação da natureza tende a concorrer com a produção agrícola, gerando disputas de interesses, e mesmo conflitos, entre os atores sociais.

Voltando à questão central do artigo, cabe perguntar se os significados simbólicos e atividades práticas, bem como os conflitos e disputas que daí decorrem, são suficientemente peculiares nos espaços rurais metropolitanos, a ponto de justificar a proposição de uma nova categoria (ou subcategoria). E, em caso positivo, o que a define e diferencia, e quais são suas dimensões?

2. O rural metropolitano

Metrópoles podem ser entendidas como cidades-região (SOJA, 2006) O conceito de cidade-região se caracteriza pela existência de um conjunto de cidades, articuladas numa rede que se configura em áreas de dominação (central) e de subordinação (normalmente na periferia dessas áreas) e que podem se estender abarcando grandes parcelas espaciais. As cidades-região conformam importantes nós do sistema econômico global e são lócus de concentração (TRAVASSOS et al, 2020).

As metrópoles brasileiras caracterizam-se por uma dualidade expressiva da ocupação do solo: áreas urbanas adensadas e, fora da mancha urbana, unidades de conservação e outros espaços ambientalmente protegidos, esparsamente ocupados com remanescentes significativos de vegetação (TRAVASSOS & FERREIRA, 2016). A expansão da mancha urbana sobre essas áreas ocasiona a perda de importantes serviços ecossistêmicos prestados por esses espaços às cidades: produção de água, produção de alimentos, regulação climática, e serviços culturais, tais como lazer e turismo ecológico e rural

Nas metrópoles e centros regionais as relações políticas são construídas na perspectiva das questões urbanas; o rural é externo ou integrado nas normas via questão ambiental; os agentes se articulam em torno do desenvolvimento urbano, da questão habitacional e, crescentemente, da questão ambiental; existe pouca articulação entre os movimentos sociais da cidade e os movimentos do campo. A existência de um território de interface urbano-rural é pouco apropriada tanto pelos agentes rurais quanto pelos agentes urbanos, o que leva à sua invisibilidade e, via de regra, à sua degradação (MIRANDA, 2008).

O termo periurbano é frequentemente utilizado para esses espaços de fronteira e transição, também denominados “franja rurbana”, “franja rural-urbana”, “franja periurbana”, “bordas da cidade” e “periferia rurbana”, denominações que se referem à localização espacial no entorno das cidades e não às características dessas áreas em si. Mesmo a terminologia internacional mais recente no contexto globalizado (“dispersed city”, ville-èparpillé” ou “cidade-difusa”), remetem a olhares a partir do urbano.

Sparovek, Viana e Barretto (2004) abordam as fronteiras entre o rural e o urbano, chamando-a apropriadamente de “linha imaginária”, pois o limite não é abrupto mas gradual, num mosaico de usos do solo onde pode ou não existir produção agrícola. Esse espaço geográfico tem identidade, função e dinâmica próprias que precisam ser reconhecidas. Para tanto, os autores propõe o conceito de Região de Entorno Imediato (REI), um território funcional

intermediário (BERDEGUÉ et al, 2014), que não pode ser tratado nem como urbano nem como rural, pois tem características de ambos e ao mesmo tempo deles se distingue.

A variedade de denominações reflete a diversidade dos processos que originam esses territórios mutáveis e multifacetados. Se por um lado denotam a heterogeneidade desses espaços, por outro reforçam a necessidade de pesquisa que os identifique e caracterize. Estudos das áreas de interface rural-urbana apresentam pouco consenso no que tange às formas de interpretá-las e delimitá-las conceitual e geograficamente, o que se reflete, conseqüentemente, no planejamento desses espaços que “se definem pela indefinição”: não é campo, nem cidade (BARSKY, 2005) .

Parte das pesquisas sobre o rural metropolitano no Brasil trata em profundidade de situações locais inseridas em regiões metropolitanas – Ferreira et al (2012) e Souza e Brandenburg , na Região Metropolitana de Curitiba, Kozenieski (2010), e Zanella e em na Região Metropolitana de Porto Alegre, Alencar (2003) na Região Metropolitana de Salvador, em Salvador, PIRES (2007), na Região Metropolitana de Campinas, Eve Buhler (2020) na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (2011), Portes (2019) e Fernandes (2020) na Região Metropolitana de São Paulo, Miranda (2008) na Região Metropolitana de Recife, Almeida (2016) na Região Metropolitana de Belo Horizonte e Rozendo, (2011), na Região Metropolitana de Natal.

Ainda que importantíssimos para compreensão dos processos territoriais, ambientais, sociais e culturais no contexto rural e periurbano das metrópoles, a escala de alguns desses trabalhos não traz (exceto nos trabalhos de MIRANDA, 2008; ALMEIDA, 2016, PORTES, 2019 e SOUZA & BRANDENBURG, 2010) um olhar mais amplo sobre a configuração territorial das ruralidades metropolitanas, capaz de captar tanto a singularidade quanto a diversidade. Isso exige uma abordagem multiescalar, que possa dialogar entre o detalhe e a generalização.

Dentre estes, destaca-se o debate trazido por Souza & Brandenburg (2010). Ao analisar a Região Metropolitana de Curitiba, adotam o termo “rural metropolitano” com duplo propósito: primeiro, para reafirmar o caráter heterogêneo do rural brasileiro, que para o estudo em questão se expressa como um rural metropolitano e portanto se diferencia de outras formas de expressão do rural no Brasil. Segundo, para marcar sua posição de “rural “em relação ao “urbano”, retirá-lo de sua “invisibilidade”. No termo “rural metropolitano”, é o primeiro que se evidencia, não o segundo. Dito de outra forma, para os autores, “o rural” é a categoria central de análise, enquanto o “metropolitano” que o adjetiva, é que o diferencia das diversas manifestações dos rural brasileiro (as aspas são dos autores).

Esses autores consideram que os estudos desenvolvidos na RMC não fornecem, por si só, elementos para se afirmar a existência de um “rural metropolitano”, que se configura também ou nas cercanias de outros grandes núcleos urbanos do país. Contudo, consideram possível afirmar que o “rural metropolitano” de Curitiba preserva as características que caracterizam o mundo rural em geral, o que faz dele tão “rural” quanto qualquer outro espaço rural de regiões rurais (SOUZA e BRANDEMBURG, 2010)

Tanto as pesquisas brasileiras, como as estrangeiras destacam a relevância da multifuncionalidade dos espaços rurais metropolitanos – como produtores de alimentos, como espaços de conservação ambiental, como paisagens reivindicadas, como segunda residência etc. A agricultura também aparece

significativamente, indicando a importância do rural metropolitano, que não é apenas agrícola, mas permanece como espaço de produção agrícola – o que reforça seu papel no contexto dos sistemas agro-alimentares que abastecem as cidades.

Os conflitos entre a preservação nos espaços rurais e sua utilização também aparecem, bem como embates e disputas entre diferentes percepções acerca do campo e da cidade. Esses conflitos revelam a importância da inserção do rural metropolitano no planejamento territorial de forma a considerá-lo como espaço de proteção ambiental, de produção agrícola e de patrimônio sociocultural.

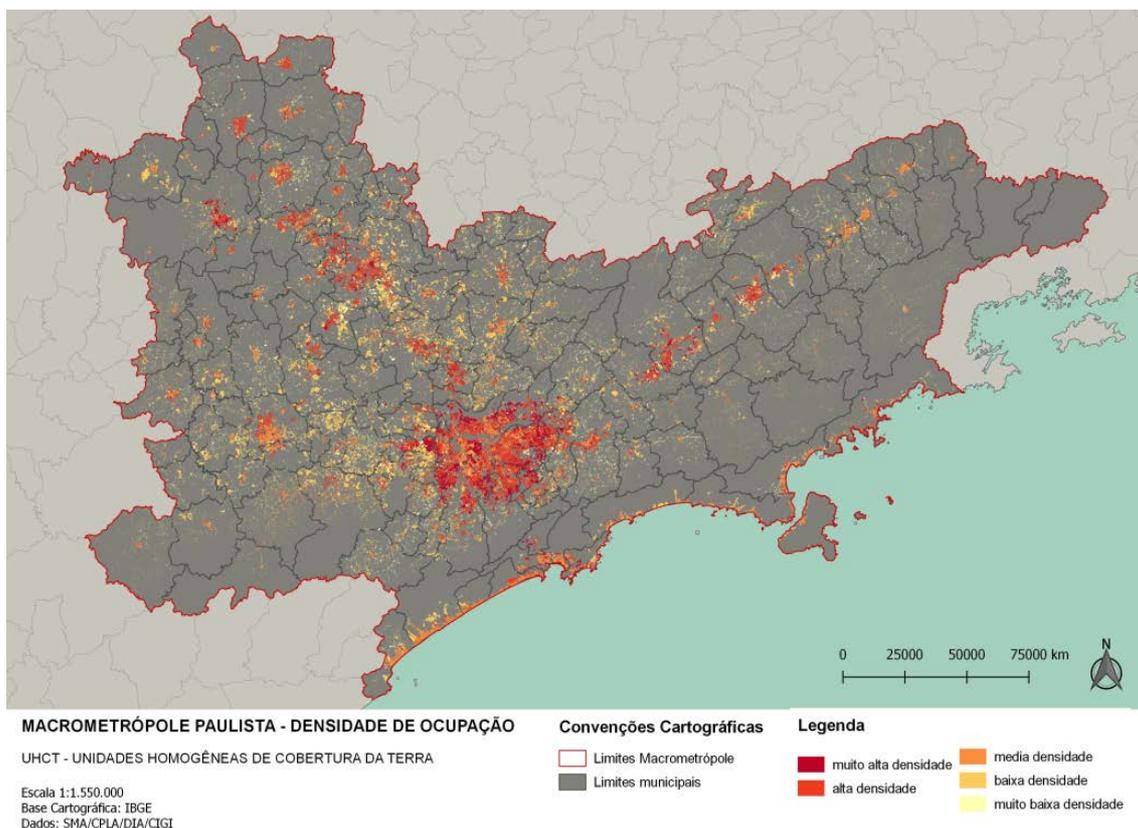
Estabelecer o rural metropolitano é importante para que esses territórios sejam adequadamente inseridos no planejamento territorial, compreendendo a importância do reconhecimento da diversidade territorial para o desenvolvimento. A reconhecida ausência de estratégias de planejamento territorial rural no país se agudiza nas metrópoles, onde os problemas resultantes da formação urbana, vistos em geral de forma urbanocêntrica, contribuem para invisibilizar para o planejamento os demais resultantes da produção do espaço metropolitano (TRAVASSOS & PORTES, 2018).

3. O rural na Macrometrópole Paulista

A Macrometrópole Paulista é composta pelas Regiões Metropolitanas de São Paulo (RMSP), de Campinas (RMC), de Sorocaba (RMS), da Baixada Santista (RMBS), do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), de Jundiaí (AUJ) e de Piracicaba (AUP), bem como pela a Unidade Regional Bragantina (URB). A região abrange uma extensão territorial de 49.927, 83 km² e concentra uma população de 30,5 milhões de habitantes (IBGE, 2010).

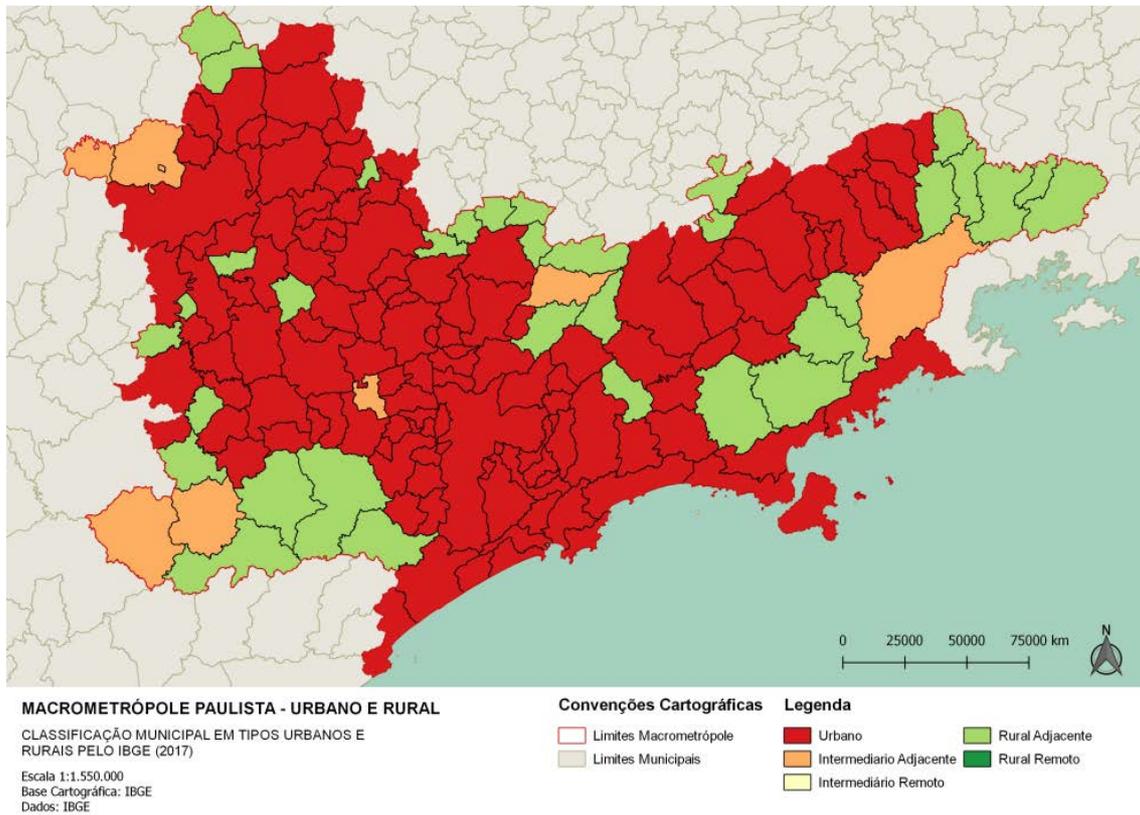
Apesar de ser definida por critérios e atributos majoritariamente urbanos, e a maior parte dos municípios serem classificados como urbanos, ao serem analisados os setores censitários (IBGE, 2010), mesmo com todas as suas imprecisões, a MMP registra cerca de 78% do seu território classificado como rural. E, portanto, ao olhar apenas para as manchas de expansão dos centros urbanos, a maior parte desse território pode estar sendo negligenciada.

A relevância e a heterogeneidade desse vasto território, pode ser observada nos mapas abaixo, elaborados pelo Laboratório de Planejamento Territorial (LAPLAN) da Universidade Federal do ABC, no âmbito do Projeto Temático “Governança Ambiental na Macrometrópole Paulista face à Variabilidade Climática” e por Portes (2019), que, em sua pesquisa sobre o rural em espaços altamente urbanizados, representou também cartograficamente a espacialidade da ocupação antrópica na MMP (MAPA 1). O pesquisador nota que, para além das grandes aglomerações urbanas concentradas nas principais metrópoles, há uma vasta região caracterizada por uma ocupação fragmentada, dispersa e com baixas densidades.

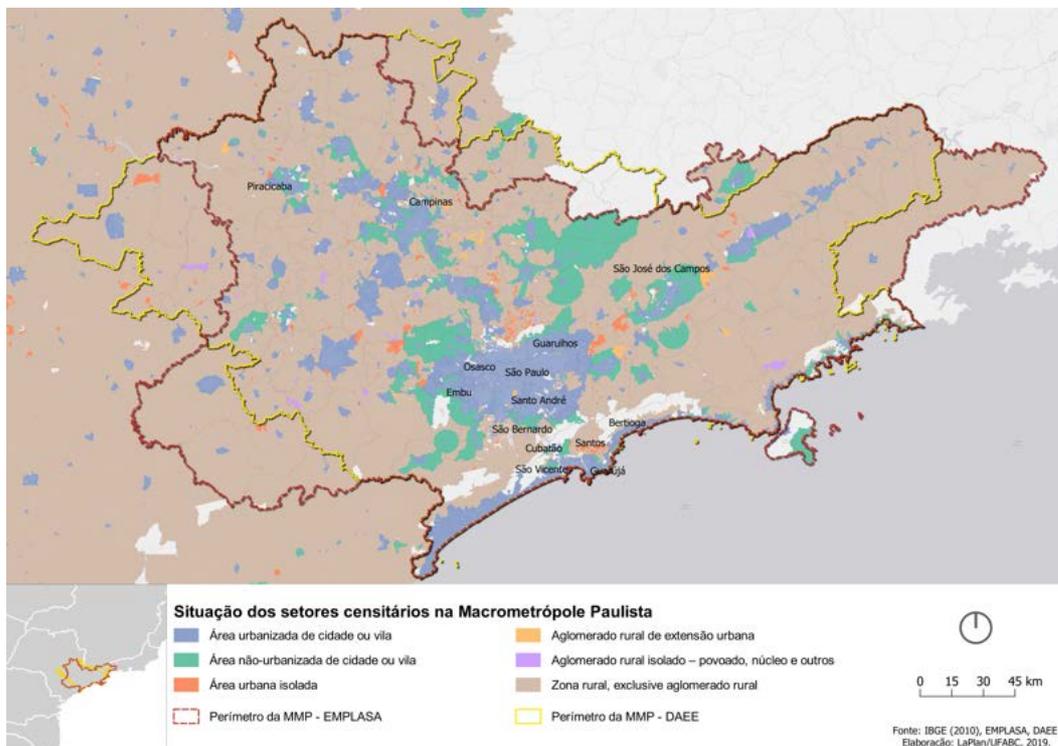


Mapa 1. Macrometrópole Paulista – Densidade de Ocupação (Fonte: PORTES. Territórios de Interface Urbano-Rural na Macrometrópole Paulista: discutindo abordagens teóricas para tipologias territoriais. Fórum Macro Amb, 2019)

Os Mapas 2 e 3 mostram a classificação rural e urbano em duas pesquisas do IBGE, Classificação e Caracterização dos Espaços Rurais e Urbanos do Brasil - uma primeira aproximação (IBGE, 2017), por município, e Censo Demográfico (IBGE, 2010), por setor censitário.



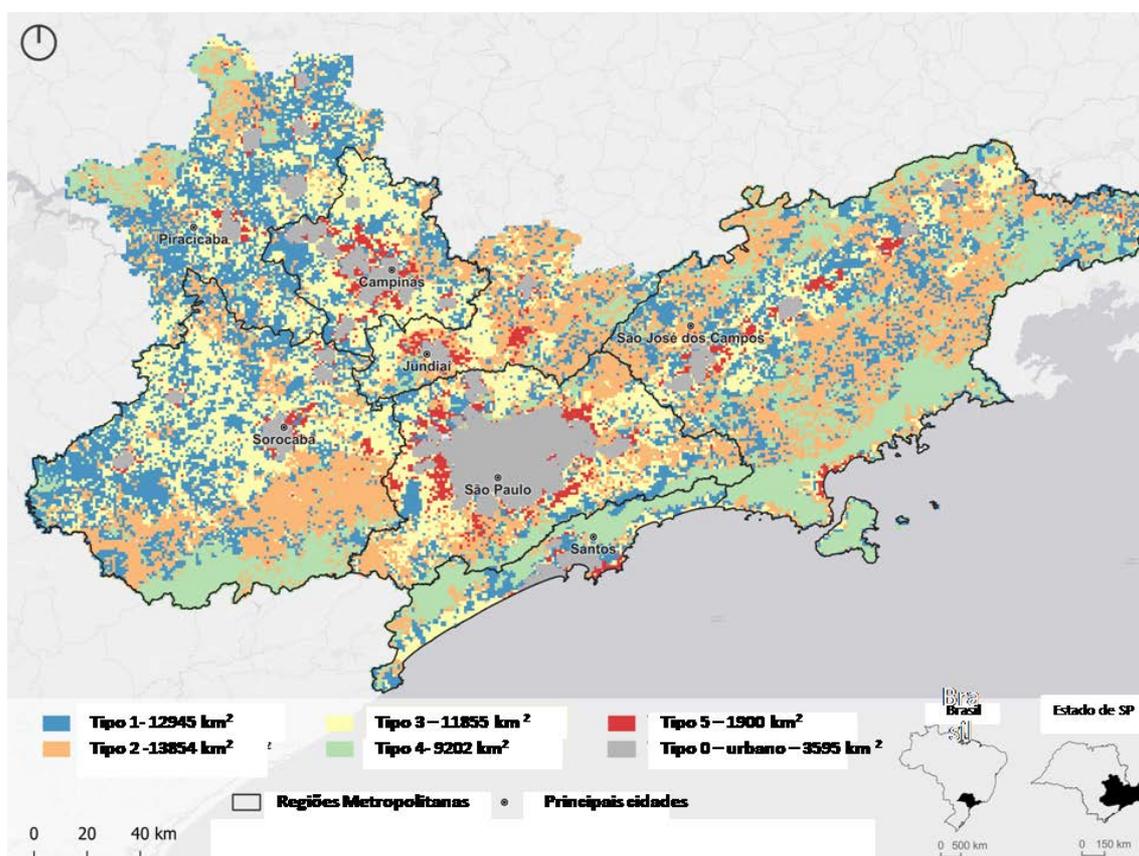
Mapa 2. Macrometrópole Paulista – Rural e Urbano (IBGE, 2017), por município. (Fonte: PORTES. Territórios de Interface Urbano-Rural na Macrometrópole Paulista: discutindo abordagens teóricas para tipologias territoriais. Fórum Macro Amb, 2019)



Mapa 3. Macrometrópole Paulista – Rural e Urbano (IBGE 2010), por município. (Fonte: LAPLAN, 2019. Elaboração de Bruna S. Fernandes)

Comparando os dois mapas se pode observar que, mesmo por esse único critério, o rural aparece de forma expressiva: mesmo nos municípios classificados como urbanos, existem setores censitários rurais e estes, somados, constituem a maior parte (78%) da MMP. Importando assim saber o que caracteriza esse rural.

Visando elucidar e caracterizar, de forma exploratória, as heterogeneidades do rural na Macrometrópole, Fernandes (2020) propôs cinco tipologias para o rural na MMP, apresentadas no mapa e descritas na tabela a seguir, seguidas pelo percentual de área que ocupam na região - destaca-se que a análise exclui as manchas urbanas, que compõem somente 3,49% da área total.



Mapa 4. Tipologias do Rural na Macrometrópole Paulista (fonte: Fernandes, 2020).

O mapa de tipologias acima é o resultado das cinco tipologias rurais geradas pela análise de cluster, sobre a grade estatística do IBGE, além dos centros urbanos (considerados como tipo 0), não incluídos no cálculo dos tipos. As variáveis de definição de área (18 no total) foram agrupadas em quatro componentes: Economia (tamanho médio dos estabelecimentos agropecuários); Condições socioeconômicas (taxa de desemprego, vulnerabilidade social, escolaridade dos trabalhadores rurais, número de estabelecimentos agropecuários); Trabalho (número de empregos formais em estabelecimentos) e Natureza e crescimento populacional (vegetação nativa remanescente, áreas de proteção ambiental e crescimento populacional).

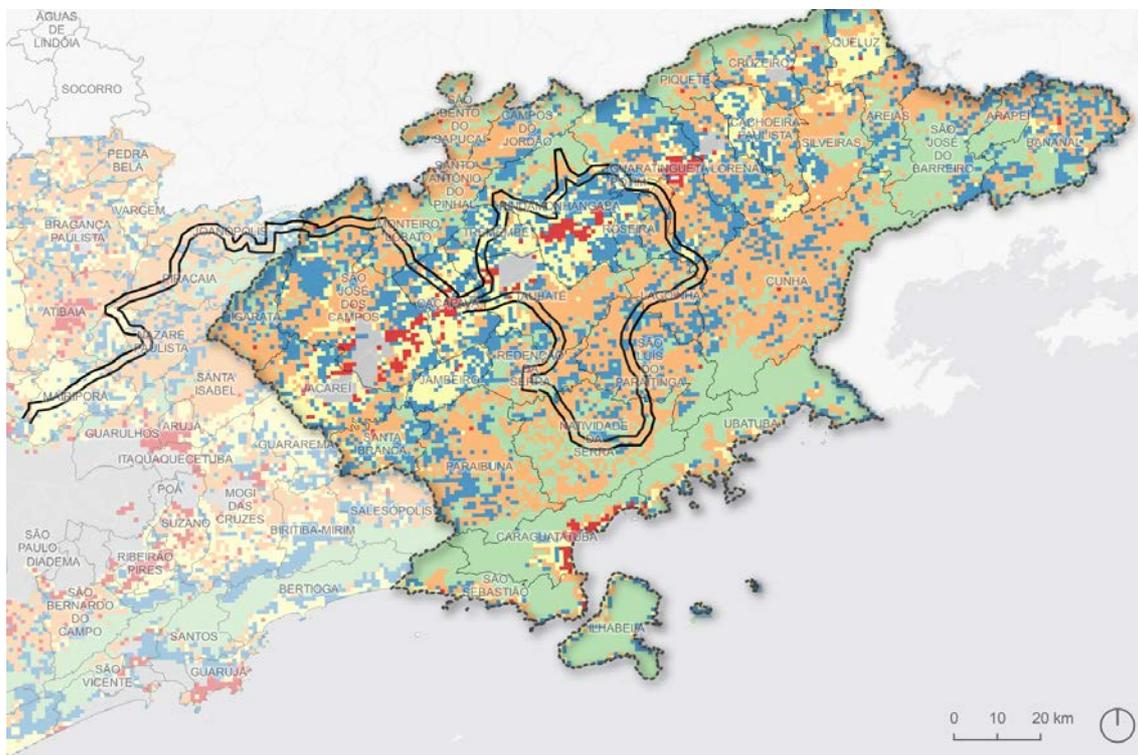
Seis indicadores adicionais foram utilizados para a descrição do cluster, essas variáveis estão relacionadas à condição dos domicílios, renda per capita, presença de sítios e chácaras agrícolas de produção e presença de residências de campo (para lazer e segunda residência). A escolha das variáveis adicionais considerou que, para a descrição das tipologias, dados qualitativos como de uso e ocupação do solo e de esgotamento sanitário e disposição de resíduos podem indicar um padrão visual, no primeiro caso, e indícios de precariedade rural no segundo e terceiro caso. Além disso, o dado quantitativo de renda per capita nos domicílios, que saiu da análise durante os procedimentos de preparação para a PCA, também foi adicionado, uma vez que considera-se importante a análise desta característica, como indicador de pobreza (Fernandes, 2020). São tipologias em construção, para inspirar e complementar futuras agendas de pesquisas sobre o tema. Os resultados, no entanto, já trazem um olhar abrangente sobre as diferentes categorias de ruralidades que permeiam o território fragmentado e heterogêneo da MMP, contribuindo para a compreensão da sua complexidade.

Tabela 1. Tipologias do rural na Macrometrópole Paulista: descrição e porcentagem (adaptado de Fernandes, 2020). (Fonte: elaborados pelos autores).

Tipologia	Descrição	Área MMP (%)
Zero	Áreas urbanas, não consideradas no modelo uma vez que a tipologia visa as áreas rurais	3,49
1	Predominância de silvicultura e extrativismo, relativamente baixa presença de unidades agropecuárias, baixa presença de remanescentes e áreas de preservação, maior concentração de domicílios com saneamento adequado.	23,8
2	Altíssima proporção de estabelecimentos agropecuários, com alto número de vínculos formais na agricultura, forte presença de sítios e chácaras agrícolas com produção, baixo crescimento populacional, alta concentração de remanescentes de vegetação nativa.	25,5
3	Alta proporção de estabelecimentos, mas poucos vínculos formais no setor, elevada concentração de chácaras de lazer e segunda residência. É a região que mais cresceu em termos populacionais no MMP.	21,8

4	Única tipologia com mais trabalhadores rurais não qualificados que qualificados, baixa diversificação econômica e vínculos formais, taxa de crescimento zero entre 2000 e 2010, altíssima presença de vegetação nativa.	16,9
5	Economia diversificada orientada pela indústria e serviços, elevado crescimento populacional entre 2000 e 2010, baixa presença de vegetação nativa, elevada taxa de desemprego, com pontos de alta vulnerabilidade.	3,5

A elaboração quantitativa, metodológica e cartográfica inicialmente proposta por Fernandes (2020), conduziu a questões qualitativas sobre a morfologia e a dinâmica espacial desses clusters, que foram objeto de pesquisa de campo, em busca da sua caracterização e para o entendimento da justaposição das análises de várias variáveis no território. Assim, para demonstrarmos a existência de um rural multifuncional, pluriativo e diverso, analisado pelos demais estudos citados, apresentamos uma sequência de registros fotográficos e da materialidade presente na MMP, com foco na região metropolitana do Vale do Ribeira e Litoral Norte (RMVPLN).



Roteiro de visita

-  Trajeto percorrido no campo
-  Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte

Tipologias

-  Tipo 1
-  Tipo 2
-  Tipo 3
-  Tipo 4
-  Tipo 5
-  Tipo 0

Brasil



Estado de SP



Mapa 05. Percurso da visita de campo a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte de São Paulo. (Fonte: Elaborado pelos autores)

O percurso de três dias iniciou-se pelo município de Mairiporã, seguindo de Nazaré Paulista, Piracaia, Joanópolis e São Francisco Xavier. No segundo dia partimos sentido Monteiro Lobato, seguindo para Caçapava, Taubaté, Tremembé, Pindamonhangaba, Aparecida, Guaratinguetá e Lagoinha. Por fim, no terceiro dia saindo de Lagoinha, foi visitado o município de São Luiz do Paraitinga, Natividade da Serra, Paraibuna, terminando em São José dos Campos, conforme mostra o Mapa 05. Essa visita foi orientada à avaliação da metodologia utilizada na cartografia e à produção de imagens que pudessem retratar, ao mesmo tempo, a aderência dos territórios às tipologias e sua heterogeneidade interna, ou seja, aquilo que os indicadores não foram capazes de explicar. Resultou nos seguintes diagnósticos:

3.1. Tipologia 1

A tipologia 1 caracteriza-se pela presença relativamente baixa de estabelecimentos agropecuários destinados à agricultura intensiva, algumas áreas de mineração (extração de pedra para brita). Verifica-se a presença expressiva de silvicultura de espécies exóticas como *Eucaliptus sp* e *Pinus sp*, usadas na indústria de papel e de madeira, que ocupa boa parte da área percorrida. Essa atividade, exercida de forma empresarial, no passado expandiu-se sobre a pecuária leiteira, uma atividade tradicional no Vale do Paraíba, ainda presente. As fotos confirmam a baixa presença de vegetação original da Mata Atlântica, quase que totalmente suprimida pela cafeicultura que no passado ocupava quase que totalmente os mares de morros - feição morfológica predominante na região, caracterizada por uma sucessão de morrotes arredondados (Ab' Saber, 2003) . Com o declínio da cafeicultura, em parte devido à exaustão dos solos, esses morrotes deram lugar à pecuária de leite, que atualmente vem perdendo espaço para a silvicultura. Essa situação reflete diretamente na qualidade de vida e de trabalho, visto que os dados socioeconômicos para essa tipologia indicam uma baixa renda per capita em domicílios - tanto a silvicultura como a pecuária extensiva geram poucos empregos (a primeira, altamente tecnificada, ainda menos que a segunda).

A baixa presença de agricultura intensiva explica-se também pelo relevo acidentado, mais adequado, de fato, à silvicultura e à pecuária extensiva. Ambas as atividades são pouco exigentes em termos de mecanização e de fertilidade natural do solo, podendo ser desenvolvidas nesses solos degradados. Sendo caracterizadas, no geral, por propriedades relativamente grandes (em relação às demais tipologias), os domicílios são esparsos e precários, exceção feita às sedes das antigas fazendas de café. Isso pode explicar a alta incidência de domicílios sem esgotamento sanitário.



Imagem 01. Expansão de silvicultura no município de Joanópolis (Foto: autores, 2020)



Imagem 02. Toras de eucalipto empilhadas para a comercialização no município de Natividade da Serra (Foto: autores, 2020)

3.2. Tipologia 2

A tipologia 2 é a que apresenta o maior número de estabelecimentos agropecuários, predominando sítios e chácaras de produção agrícola, com expressiva produção de alimento, em especial, hortaliças e frutas, bem como a pecuária leiteira - aqui, num padrão menos extensivo e mais tecnificado, com pastagens e rebanho melhor manejados (imagem 04). O setor que mais emprega é a agroindústria, em especial a de laticínios. O relevo é menos acidentado, com morrotes mais esparsos e topografia mais apropriada para a atividade agropecuária intensiva. A cobertura original de Mata Atlântica, assim como na tipologia anterior, também foi devastada pela cafeicultura e esta também deu lugar à pecuária e, face às melhores condições topográficas, à agricultura.

Pastagens degradadas vem sendo melhor manejadas, observando-se a presença significativa de fragmentos de Mata Atlântica secundária (imagem 3), nas áreas mais declivosas, grotas e margens de cursos d'água, correspondendo, grosso modo, às áreas de preservação permanente - que aqui se encontram mais preservadas do que na tipologia anterior.

O percurso revelou uma paisagem bastante diversificada, com razoável equilíbrio entre áreas produtivas e fragmentos florestais secundários. Além disso, foi observada uma boa infraestrutura de estradas vicinais, a maioria em boas condições. Isso contribui para o sucesso e permanência de áreas produtivas, o que por sua vez, explica ainda a estabilidade demográfica.



Imagem 03. Estufas de pimentão e tomate no município de Nazaré Paulista (Foto: autores, 2020)



Imagem 04. Estabelecimento agropecuário de produção de leite e carne no município de Tremembé (Foto: autores, 2020)

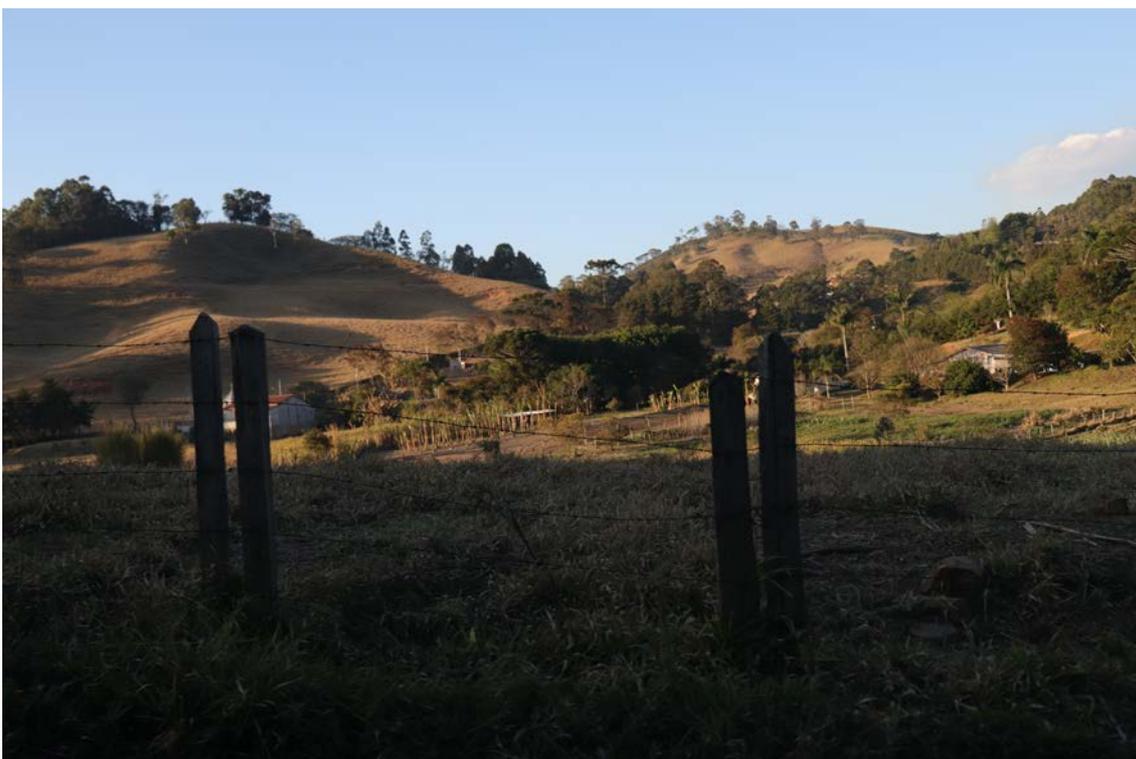


Imagem 05. Lagoinha (Foto: autores, 2020)

3.3. *Tipologia 3*

A tipologia 3 possui sua economia mais orientada ao setor de comércio e serviços, sendo a que apresentou maior crescimento populacional entre os anos de 2000 e 2010 na MMP. Embora se observe um grande número de estabelecimentos agropecuários o índice de empregos formais no setor é baixo, talvez pelo tipo de produção e dinâmica fundiária - observa-se o muitos novos

lançamentos de condomínios residenciais. É significativa a presença de chácaras e condomínios de lazer e segunda residência.

Aqui, o relevo é bem mais plano, dominado pela planície aluvial do Rio Paraíba e afluentes, cortadas por rodovias importantes que conectam municípios. Ainda são significativas, nessas planícies, as áreas de cultivo de arroz irrigado, que foram muito importantes para a economia da região no passado. Parte dessas áreas vem dando lugar á condomínios de lazer e segunda residência, bem como empreendimentos comerciais que atendem à demanda desses condomínios. Isso contribui para o crescimento populacional observado nessa tipologia. Remanescentes da vegetação nativa são raros, pois a cobertura vegetal original nas planícies aluviais é herbácea (campos de várzea) e foi quase totalmente substituída pelo cultivo de arroz irrigado, e também drenada para abrigar plantas industriais. A porção originalmente coberta pela floresta, no entorno das planícies aluviais, deu lugar às cidades - que, como foi explicado, não entram nessas tipologias.



Imagem 06. Conjunto habitacional, estrada rural, estufas de compostagem e estação de tratamento de resíduos em Lagoinha (Foto: autores, 2020)



Imagem 07. Segunda residência característica em Guaratinguetá (Foto: Bruna Fernandes, 2020)

3.4 Tipologia 4

Observa-se que o tipo 4 corresponde, grosso modo, às unidades de conservação de proteção integral (Parque Estadual de Campos do Jordão e Parque Estadual da Serra do Mar) e às categorias de zoneamento mais restritivas de unidades de conservação de uso sustentável – resultado direto do mapeamento, que se observa em campo, de forma bem adequada, por se tratar de espaços destinados à proteção da biodiversidade. As primeiras não admitem o uso direto dos recursos naturais, apenas a pesquisa, a educação ambiental e o ecoturismo. Já as segundas regulam o uso do solo de modo a coibir usos impactantes.

Mesmo fora das unidades de conservação, o relevo acidentado, representado pelas encostas íngremes das serras do Mar e da Mantiqueira não favorece a produção agrícola em escala. Pequenas chácaras, algumas com pequenas produções orgânicas e sítios destinados à segunda residência estão presentes, bem como estruturas destinadas ao ecoturismo e turismo rural, atividades compatíveis com a paisagem e que tem se destacado. Isso pode explicar a baixa presença de vínculos formais de trabalho, pois tanto o ecoturismo como a pequena agricultura orgânica e familiar, ainda que gerem trabalho, predominam empregos informais .



Imagem 08. São Francisco Xavier (Foto: autores, 2020)



Imagem 09. Trabalhador rural em Monteiro Lobato (Foto: autores, 2020)

3.5. Tipologia 5

A tipologia 5 corresponde às áreas mais próximas às manchas urbanas. Caracteriza-se por um mosaico de usos do solo dinâmico e mutável, em geral periferias urbanas com alta vulnerabilidade social. É duvidoso, ao menos na realidade da Macrometrópole Paulista, enquadrar essas áreas como de fato rurais. Dada a sua proximidade com as cidades, esta tipologia é a mais diversificada economicamente, sendo fortemente orientada pela indústria, turismo e pelos serviços, possuindo grandes estabelecimentos (acima de mil vínculos formais) cadastrados em todos os setores da economia, exceto na Agricultura e Extração, onde o máximo de vínculos formais aferidos em uma célula foi próximo de 600, segundo metodologia .



Imagem 10. Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga (Foto: autores, 2020)



Imagem 11. Galpão da Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica, em Taubaté (Foto: autores, 2020)



Imagem 12. Centralidade em Mairiporã (Foto: autores, 2020)

3. Considerações finais

Retomando a questão central que norteia a elaboração desse artigo - se as especificidades e singularidades do rural metropolitano justificam a proposição de uma categoria nova categoria, ainda não ainda possível, nesse estágio da

pesquisa, respondê-la definitivamente. As evidências abrangidas pelos dados e pela pesquisa de campo, na Macrometrópole Paulista, revelam que há dimensões concretas de ruralidade, caracterizadas, como a literatura aborda, pela heterogeneidade e diversidade, cujos contornos são similares a outros estudos sobre o rural em Regiões Metropolitanas.

Os achados revelados no percurso de campo permitem concluir que, ao menos para a Região Metropolitana do Vale do Paraíba, as tipologias mostram boa correlação com a realidade, o que mostra aderência entre a abordagem teórico-metodológica e os fatos. Assim, a metodologia adotada, tanto para a construção das tipologias como para sua aferição em campo, revelou-se acertada. Ainda que necessitem ser verificadas nas outras Regiões Metropolitanas que integram a MMP, as tipologias propostas já constituem um bom instrumento de análise.

Os estudos em andamento no âmbito do grupo de pesquisa no qual o presente artigo se insere, demonstram a existência de um rural pluriativo e diverso, que apresenta pelo menos quatro das cinco características da nova ruralidade propostas por Kageyama (2005): i) diversificação social em função das novas atividades não produtivas desempenhadas no rural (pluriatividade); ii) o estabelecimento de relações de complementaridade como urbano, em substituição ao caráter de antagonismo; iii) a valorização do patrimônio natural e cultural das localidades, que passa a ser percebido como elemento de desenvolvimento local; iv) os novos contornos da questão agrária, que passam a considerar os papéis dos agricultores na segurança alimentar, conservação do meio ambiente e da paisagem rural (multifuncionalidade). A última delas, crescimento demográfico, pela redução das migrações para a cidade e atração de outras categorias sociais (KAGEYAMA, 2005) apresenta-se de forma heterogênea, com aderência à tipologia 3.

Destacar e considerar esses espaços metropolitanos como essencialmente urbanos ou rurais sem qualquer tipo de especificação torna as políticas e projetos existentes para um e outro, incompatíveis. Próximos aos centros urbanos, mas nem inteiramente urbanos, nem propriamente rurais, se considerada uma visão produtivista tradicional, as ruralidades metropolitanas não são abrangidas pelas políticas rurais e ficam aquém das políticas urbanas, sendo muitas vezes considerados - quando não há proteção ambiental - como um estoque de terrenos para urbanização (TRAVASSOS & PORTES, 2018)

Compreender as ruralidades existentes, tanto do ponto de vista dos aspectos físicos territoriais quanto de suas dinâmicas é fundamental para definir os limites de uma categoria específica para o rural metropolitano. Se Souza e Brandenburg (2010 op cit) entendem que a categoria central é o rural, adjetivada e qualificada pelo metropolitano, é porque há relevância em caracterizar: é parte do rural, mas possui suas próprias características territoriais. O rural metropolitano é ou pretende ser, antes de tudo, uma categoria capaz de trazer elementos para a compreensão da dinâmica regional em seu conjunto, colocando luz no espaço rural nas metrópoles – espaço essencial para a própria sobrevivência destas no contexto da crise climática e ambiental.

Desvelar esses espaços, torná-los visíveis e compreendê-los por meio de metodologias capazes de iluminar a sua complexidade, singularidade e especificidade é, portanto, de grande importância. E demanda ainda muita pesquisa para que possa ser definido e conceituado em termos teóricos e caracterizado em termos práticos. Para que a dimensão teórica, iluminada pela

dimensão empírica, possa subsidiar a necessária dimensão normativa – políticas públicas e respectivas normas – legais e infralegais – e instrumentos adequados.

4.Referências Bibliográficas

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

ABRAMOVAY, Ricardo. O Futuro das Regiões Rurais. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de. Isto e Aquilo - agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Tese. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

ARIAS, J., Reflexión Crítica de La Nueva Ruralidad en América Latina. ALASRU. Revista de la Asociación Latinoamericana de Sociología Rural. El Debate Teórico Rural Contemporáneo, 3: 139-168. Outubro de 2006.

BARSKY, A. El periurbano productivo, un espacio en constante transformación. Introducción al estado del debate, con referencias al caso de Buenos Aires. Scripta Nova, v. 36, n. 194, p. 1–15, 2005.

BERDEGUÉ, J.A and PROCTOR, F,J with CAZZUFI, C, Inclusive Rural-Urban Linkages. Working Paper Series, 123. Santiago, Chile: Working Group: Development with Territorial Cohesion. RIMISP, 2014.

BRENNER, N. SCHMID, C. Towards a new epistemology of the urban? City - analysis of urban trends, culture, theory, policy, action, v. 19, n. 2–3, 2015.

CARNEIRO, Maria José (coord). Ruralidades Contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro:Mauad X, FAPERJ, 2012.

FAVARETO, Arilson da Silva. Paradigmas do desenvolvimento rural em questão - do agrário ao territorial. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2006.

FERNANDES, Bruna. S. Para além da dicotomia urbano-rural: tipologias para análise do rural metropolitano na Macrometrópole Paulista. TCC (Graduação) - Curso de Planejamento Territorial, Universidade Federal do ABC (UFABC). São Bernardo do Campo, 2020

FERREIRA, ngela Duarte Damasceno et al (orgs). Do rural invisível ao rural que se reconhece: dilemas socioambientais na agricultura familiar. Curitiba: Ed. UFPR, 2012.

IBGE. Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil : uma primeira aproximação. 11 ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 2017.

KAYSER, Bernard. La renaissance rurale – Sociologie des campagnes du monde occidental. Paris: Armand Colin, 1990.

KOZENIESKI, É.; MEDEIROS, R. O rural agrícola na metrópole: o caso de Porto Alegre/RS. Confins – Revista Franco-brasileira de Geografia, 2018. Acesso em 5 de junho de 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/13167>

MIRANDA, L. I. B. Dinâmica Urbana e Planejamento em Áreas de Transição Rural-Urbana: o caso da Região Metropolitana do Recife Pernambuco (Brasil). Fase/Observatório das Metrôpoles. Pernambuco, 2008.

PHILLIPS, Adrian. Management Guidelines for IUCN Category V. Ed. IUCN, 2002. Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/efiles/documents/PAG-009.pdf>

PORTES, Bruno Cesar Nascimento. “O rural em municípios altamente urbanizados: uma abordagem teórico- metodológica para a identificação das áreas de interface urbano-rural na metrópole paulistana”. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do ABC, Programa de Pós Graduação em Planejamento e Gestão do Território, Santo André, 2019.

ROZENDO, Simone. Metamorfoses do Rural. Caxambu: 35º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS, 2011.

SABOURIN, Eric. Camponeses do Brasil entre a troca mercantil e a reciprocidade. Garamond, 2009. ISBN 9788571614. Disponível em <https://hal.archives-ouvertes.fr/Hal-02840130>

SCHNEIDER, Sergio. A Pluriatividade na Agricultura Familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. Campinas, Unicamp, Instituto de Economia. 2º ed. Coleção Pesquisas, 1999.

SOJA, E. Reflections on the concept of global city regions. Spanish translation in *Ekonomiaz* (Basque Journal of Economics), edited English version in “Glocalogue,” on-line magazine *Artefact: Strategies of Resistance* (Belgrade), 2006.

SPAROVEK, G.; VIANA, G. C.; BARRETTO, A. G. O. P. Linha imaginária. In: O município e as áreas rurais. São Paulo: Instituto Pólis, 2004.

SOUZA, Oscar Tomaz e BRANDENBURG, Alfio. A quem pertence o espaço rural? As mudanças na relação sociedade/natureza e o surgimento da dimensão pública do espaço rural. *Ambiente & Sociedade*. Campinas v. XIII, n. 1. p. 51-64. jan.-jun. 2010.

TRAVASSOS, L. & FERREIRA, R. C. O Periurbano e o Rural Metropolitanos: desafios para a elaboração do Plano Diretor Regional do Grande ABC. III Congresso Internacional de Gestão Territorial para o Desenvolvimento Rural – Mudanças Globais e Locais: implicações para as dinâmicas de desenvolvimento territorial. Brasília, 2016.

TRAVASSOS, L. et al. Heterogeneidade e fragmentação espacial na Macrometrópole paulista: a produção de fronteiras e buracos. *Ambient. soc.*, São Paulo, v. 23, 2020.

TRAVASSOS, Luciana e PORTES, Bruno. Rural Metropolitano: caracterização e regulação na Região Metropolitana de São Paulo. São Paulo: GOT- Revista de Geografia e Ordenamento do Território, 2018. ISSN:2182-1267

VEIGA, José Eli da. A dimensão rural do Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, N. 22, 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade / Maria de Nazareth Baudel Wanderley. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Braudel & FAVARETO, Arilson. A Singularidade do Rural Brasileiro: Implicações para Tipologias Territoriais e Elaboração de Políticas Públicas. Projeto “Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil”. Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola –IICA. Brasília, 2013.

WOODS, M. Rural Routledge, 1st ed., 2010. DOI. <https://doi.org/10.4324/9780203844304>

WOODS, M. Engaging the global countryside: Globalization, hybridity and the reconstitution of rural places. *Progress in Human Geography*. V., 31, n. 4, p. 485–507, 2007.

ZANELLA, Elisângela Brião. A Relação entre o Rural e o Urbano na Região Metropolitana de Porto Alegre: um Estudo com Ênfase na Abordagem Territorial. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Economia do Desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS. Porto Alegre, 2017.